

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

AQUISIÇÃO DE BENS
COMPARADORES DIGITAIS E RESPETIVOS ACESSÓRIOS
PARA OS MEIOS DE CONTROLO

CONSULTA PRÉVIA N.º 01/CP/2025

(Artigo 20.º nº 1 alínea c) do Código dos Contratos Públicos –
Decreto Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro)

Índice

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º Identificação e objeto do procedimento	4
Artigo 2.º Entidade adjudicante	4
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 4.º Tipo de procedimento	4
Artigo 5.º Fundamentação da escolha de procedimento	4
Artigo 6.º Peças do procedimento	5
Artigo 7.º Tramitação e consulta das peças do procedimento	5
Artigo 8.º Condução do procedimento	5
Artigo 9.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento	6
Artigo 10.º Erros e omissões das peças do procedimento	Erro! Marcador não definido.
Artigo 11.º Preço base	7
SECÇÃO II – PROPOSTA	7
Artigo 12.º Proposta e documentos que a instruem	7
Artigo 13.º Prazo e modo de apresentação das propostas	8
Artigo 14.º Idioma dos documentos que constituem a proposta	8
Artigo 15.º Preços da proposta	8
Artigo 16.º Propostas variantes	9
Artigo 17.º Negociação	9
Artigo 18.º Leilão eletrónico	9
Artigo 19.º Critério de adjudicação	9
Artigo 20.º Critério de desempate	9
Artigo 21.º Prazo de manutenção de propostas	10
SECÇÃO III – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	10
Artigo 22.º Análise das propostas	10
Artigo 23.º Causas de não adjudicação	10
Artigo 24.º Esclarecimentos e suprimento de propostas	11
Artigo 25.º Relatório preliminar	11
Artigo 26.º Audiência Prévia	11
Artigo 27.º Relatório final	12
SECÇÃO IV - ADJUDICAÇÃO	12
Artigo 28.º Notificação da decisão de adjudicação	12
SECÇÃO V - HABILITAÇÃO E CAUÇÃO	12
Artigo 29.º Documentos de Habilitação	12
Artigo 30.º Idioma e modo de apresentação dos documentos de habilitação	13
Artigo 31.º Prestação de caução	14

Artigo 32.º Não apresentação dos documentos de habilitação.....	14
SECÇÃO VI - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	15
Artigo 33.º Redução do Contrato a escrito	15
Artigo 34.º Aceitação da Minuta de Contrato	15
Artigo 35.º Reclamações à minuta do contrato	15
Artigo 36.º Outorga do Contrato	15
Artigo 37.º Não outorga do Contrato	15
Artigo 38.º Despesas e encargos	16
Artigo 39.º Resolução de litígios.....	16
SECÇÃO VII -DISPOSIÇÕES FINAIS	16
Artigo 40.º Informação sobre proteção de dados pessoais.....	16
Artigo 41.º Prova de declarações	17
Artigo 42.º Notificações e comunicações	17
Artigo 43.º Falsidade de documentos e de declarações.....	17
Artigo 44.º Legislação aplicável	17
ANEXO I – Modelo de Declaração	19
ANEXO II – Modelo de Declaração.....	21
ANEXO III – Modelo da Proposta.....	22

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Identificação e objeto do procedimento

1. O presente procedimento de *Consulta Prévia* n.º 01/CP/2025, nos termos do preceituado na alínea b) do n.º 1 e na alínea d) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante “CCP”), tem por objeto a adjudicação de uma proposta para a celebração de um Contrato de «Aquisição de comparadores digitais e respetivos acessórios para os meios de controlo», em regime de fornecimento contínuo, para um período de 12 meses, no âmbito da prestação de serviços na área de Engenharia do Processo do Centimfe, cujas especificidades e características técnicas se encontram melhor definidas no caderno de encargos.
2. Os bens objeto do presente procedimento são classificados com o código CPV 38400000-9 de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV), correspondente à descrição de *Instrumentos para controlo de propriedades físicas*, indicado no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

Artigo 2.º Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Centimfe – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, adiante designado por Centimfe, com o número de identificação fiscal 502 593 822, com sede na Zona Industrial do Casal da Lebre, Rua da Espanha, Lote 8, 2430-028 Marinha Grande, com o telefone n.º +351 244545600, endereço eletrónico info@centimfe.com e com o site www.centimfe.com.

Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração do Centimfe, no dia 16 de janeiro de 2025, no qual aprovou este Convite e o Caderno de Encargos.

Artigo 4.º Tipo de procedimento

Consulta Prévia n.º 01/CP/2025, nos termos do preceituado na alínea b) do n.º 1 e na alínea d) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do CCP.

Artigo 5.º Fundamentação da escolha de procedimento

A escolha do procedimento de *Consulta Prévia*, nos termos da regra geral prevista no artigo 18.º do CCP, baseia-se no critério do valor, conforme disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Artigo 6.º Peças do procedimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP, as peças do procedimento são as seguintes:

1. O convite e seus anexos;
2. O caderno de encargos.

Artigo 7.º Tramitação e consulta das peças do procedimento

1. O presente procedimento é tramitado, integralmente, na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, utilizada pela entidade pública adjudicante (doravante, “*Plataforma Eletrónica*”), com o endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela *Plataforma Eletrónica*.
2. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e download, na *Plataforma Eletrónica*, desde a data de envio do convite, até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o suporte físico das peças do procedimento encontra-se patente nas instalações referidas no artigo 2.º, onde pode ser consultado, durante as horas de expediente (das 09:00h às 13:00h e das 14:00h às 18:00h).
4. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da *plataforma eletrónica* de contratação, em caso de divergência.
5. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da *Plataforma Eletrónica* apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma. Sempre que ocorram problemas técnicos na rede pública ou na plataforma eletrónica que impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a prática de qualquer ato que, nos termos do CCP, deva ser praticado na plataforma eletrónica, a entidade adjudicante, por iniciativa própria ou a solicitação dos concorrentes, deve tomar todas as medidas necessárias de forma a que os interessados não sejam prejudicados, podendo, nomeadamente, prorrogar o prazo para a prática desses mesmos atos, o qual aproveita a todos os interessados.
6. A decisão de prorrogação prevista no número anterior deve ser junta às peças do procedimento e notificados todos os interessados que as tenham solicitado, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.

Artigo 8.º Condução do procedimento

O presente procedimento é conduzido pelos Serviços da entidade adjudicante (doravante “serviços”), que exercerão as competências previstas no artigo 69.º do CCP, assim como as competências que não sejam cometidas injuntivamente à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

Artigo 9.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser apresentados pelo interessado, através da *Plataforma Eletrónica*, com o endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, até às 23 horas e 59 minutos do dia em que termina o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
2. No prazo estabelecido no número anterior, os interessados podem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento, os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidades de trabalhos e prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado considere não exequíveis;
 - d) Outros erros e omissões das peças do procedimento.
4. Até às 23 horas e 59 minutos do dia em que termina o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta:
 - a) Os serviços da entidade adjudicante devem prestar os esclarecimentos referidos no n.º 1, através *Plataforma Eletrónica*;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado, referidos no n.º 2, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
5. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
6. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no n.º 4 sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação da proposta deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega de candidatura ou proposta, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados através da *Plataforma Eletrónica* e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.

9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 10.º Preço base

1. O preço base do Contrato a celebrar é de 30.000,00€ (trinta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se devido, até ao termo do Contrato, correspondendo ao valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar pela aquisição dos bens objeto do contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP.
2. O preço referido no número anterior corresponde ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo fornecimento dos bens objeto do contrato e limita o preço contratual no período máximo de vigência do Contrato incluindo assim todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, bem como como quaisquer outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Pela aquisição dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Centimfe deve pagar o preço contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
4. Para o presente fornecimento de bens, não é fixado o preço ou custo anormalmente baixo, sendo aplicável o disposto no artigo 71.º do CCP.

SECÇÃO II – PROPOSTA

Artigo 11.º Proposta e documentos que a instruem

1. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas dos documentos seguintes, sob pena de exclusão, elaborados nos termos previstos no CCP, designadamente em conformidade com o artigo 57.º, devendo ser assinada eletronicamente nos termos da legislação aplicável:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP (vide modelo do Anexo I deste Convite, do qual faz parte integrante);
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (vide modelo do Anexo III deste Convite, do qual faz parte integrante);
 - c) Documento comprovativo dos poderes de representação do(s) signatário(s) dos documentos referidos nas alíneas anteriores;
 - d) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para a formulação da sua proposta.
2. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.

3. A apresentação dos documentos previstos nos números anteriores deve cumprir, nomeadamente, o disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 57.º do CCP.
4. Para efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, as entidades concorrentes consentem a utilização dos dados que apresentem, para os efeitos específicos e únicos do presente procedimento.

Artigo 12.º Prazo e modo de apresentação das propostas

1. A apresentação das propostas e dos documentos que as acompanham será efetuada através da *Plataforma Eletrónica*, com o endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, devendo cumprir o disposto nas alíneas seguintes:
 - a) A data-limite de entrega das propostas é até às 23 horas e 59 minutos do **9.º (nono) dia, a contar da data de envio do convite**, devendo ser assinada eletronicamente nos termos da legislação aplicável;
 - b) A assinatura eletrónica referida no ponto anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - (i) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - (ii) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
 - c) O cumprimento do requisito previsto na alínea (ii) da alínea anterior pode ser substituído pela apresentação de um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o(s) assinante(s) dispõe(m).
2. Os interessados deverão possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.
3. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto através da *Plataforma Eletrónica*, sendo que o exercício desta faculdade não prejudica o direito de apresentação de nova proposta no mesmo prazo, nos termos do artigo 137.º do CCP.
4. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 13.º Idioma dos documentos que constituem a proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais.

Artigo 14.º Preços da proposta

1. Os preços da proposta são indicados em algarismos, até duas casas decimais, e por extenso, em euros, e não incluem o IVA;

2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
5. Quando na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos, aplicando-se as regras de prevalência infra:
 - a) O produto das quantidades pelos preços unitários da proposta prevalece sobre outro preço indicado nesta;
 - b) Os preços unitários apresentados com mais do que duas casas decimais serão arredondados à centésima superior quando a milésima for superior ou igual a 5;
 - c) Os preços unitários apresentados com mais do que duas casas decimais serão arredondados à mesma centésima quando a milésima for inferior a 5.

Artigo 15.º Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s), considerando-se como tal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 59.º do CCP, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do Contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

Artigo 16.º Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 17.º Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 18.º Critério de adjudicação

1. Atento o disposto no artigo 73º do CCP, a adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
2. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade monofator, segundo a avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar de acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 74º do CCP.

Artigo 19.º Critério de desempate

Em caso de existência de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado na sequência de sorteio, a realizar em sessão pública, da qual será lavrada ata, e para a qual todos os interessados serão convocados. A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração. Será adjudicada a proposta sorteada em 1.º lugar.

Artigo 20.º Prazo de manutenção de propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas apresentadas por um período não inferior a 66 (sessenta e seis) dias a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

SECÇÃO III – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 21.º Análise das propostas

A análise das propostas incidirá sobre o teor dos documentos apresentados, sendo analisados em todos os seus atributos, termos e condições e a sua avaliação será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no artigo 18.º deste Convite.

Artigo 22.º Causas de não adjudicação

1. Não haverá lugar a adjudicação quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem os aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49º do referido diploma legal;
 - b) a impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - c) que o preço contratual seja superior ao preço base;
 - d) que o Contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentos aplicáveis;
 - e) a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
3. Serão também excluídas as propostas cuja análise revele qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP, podendo ainda excluir as propostas que não cumpram o disposto na Lei 96/2015, de 17 de agosto.
4. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente Convite.
5. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes serão notificados da decisão, das medidas a adotar de seguida e os respetivos fundamentos.

Artigo 23.º Esclarecimentos e suprimento de propostas

1. Os serviços podem pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considerem necessários para efeito de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos sobre as propostas, prestados pelos respetivos concorrentes, fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º.
3. No prazo máximo de cinco dias, deverá ser solicitado aos concorrentes que procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP. O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar somente quando a intervenção não prejudique os princípios enformadores do procedimento pré-contratual, nem os fins, interesses e valores jurídicos que a norma preterida visem proteger.
4. Os serviços procedem à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos dos serviços formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas são disponibilizados na *Plataforma Eletrónica*, que notificará de imediato todos os concorrentes desse facto.

Artigo 24.º Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas, e salvo o disposto no artigo 125.º do CCP, os serviços elaboram fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõem a ordenação das mesmas, após a aplicação do critério de adjudicação.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, os serviços devem também propor fundamentadamente a exclusão de propostas e fazer referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
3. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará da aplicação do critério de desempate.

Artigo 25.º Audiência Prévia

Após elaboração do relatório preliminar, os serviços procedem ao seu envio a todos os concorrentes para, no prazo de **3 (três) dias úteis**, se pronunciarem, por escrito, através da *Plataforma Eletrónica* com o endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 123.º do CCP.

Artigo 26.º Relatório final

1. Cumprida a formalidade de audiência prévia, os serviços elaboram um relatório final fundamentado, no qual ponderam as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como caso do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, os serviços procedem a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de procedimento, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

SECÇÃO IV - ADJUDICAÇÃO

Artigo 27.º Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos do presente convite;
 - b) Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato.
3. A notificação referida no n.º 1 é acompanhada do relatório final de análise das propostas.

SECÇÃO V - HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

Artigo 28.º Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis após a notificação da decisão de adjudicação**, os seguintes documentos de habilitação ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, através da *Plataforma Eletrónica* com o endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP, na sua atual redação, e do qual faz parte integrante (modelo do Anexo II constante em anexo ao presente documento);
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido diploma legal, nomeadamente:

- i. Certidão que comprove a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - iii. Certificado de registo criminal, **para efeitos de celebração de contratos públicos**, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões referentes às pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
2. Para além dos documentos referidos, o adjudicatário deve também apresentar:
- a) Certidão Permanente da sociedade, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou código de acesso a certidão online com idêntico conteúdo;
 - b) Comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo (**RCBE**), para efeitos do disposto no artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual.
3. O adjudicatário (ou um subcontratado) nacional de Estado signatário do Acordo sobre o EEE ou Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, declaração compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

Artigo 29.º Idioma e modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser assinados e redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. A assinatura dos documentos de habilitação deverá respeitar o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Quando os documentos a que se refere o artigo anterior se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em sua substituição, indicar à entidade adjudicante, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
5. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, é dispensada a sua

apresentação nos termos do número do anterior, devendo, contudo, dar nota de que já foi prestado tal consentimento.

6. Caso o adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se impunha.
7. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos dispostos dos números anteriores, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
8. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do preceituado no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de dois dias úteis.
9. A pedido do adjudicatário, o prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis.
10. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

Artigo 30.º Prestação de caução

Não é exigível a prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do CCP.

Artigo 31.º Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1 do artigo 31.º deste Convite;
 - b) No prazo fixado para a supressão de qualquer irregularidade;
 - c) Redigidos em língua portuguesa ou, não sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VI - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 32.º Redução do Contrato a escrito

O Contrato será, nos termos do artigo 94.º do CCP, reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

Artigo 33.º Aceitação da Minuta de Contrato

A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação, notificando-a ao adjudicatário, considerando-se por este aceite quando haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes a contar da data da notificação da adjudicação, prevista no artigo 101.º do CCP.

Artigo 34.º Reclamações à minuta do contrato

1. As reclamações à minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o caderno de encargos e a proposta nos termos legais ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi indeferida.

Artigo 35.º Outorga do Contrato

A outorga do Contrato, terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou a decisão sobre a reclamação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 104.º do CCP. A data para outorga do Contrato será fixada por acordo das partes.

Artigo 36.º Não outorga do Contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o Contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para o efeito.
2. Nos casos previstos no número anterior, deve o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o Contrato no prazo acordado, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta.
4. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do Contrato.

Artigo 37.º Despesas e encargos

1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.
2. As despesas e encargos inerentes à redução do Contrato a escrito são, de harmonia com o disposto no artigo 94.º do CCP, da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

Artigo 38.º Resolução de litígios

Qualquer litígio resultante da interpretação, validade ou execução do Contrato será dirimido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

SECÇÃO VII -DISPOSIÇÕES FINAIS**Artigo 39.º Informação sobre proteção de dados pessoais**

1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a entidade adjudicante é a responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.
2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos neste artigo, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do CCP, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a entidade adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.
3. A entidade adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
4. Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada são exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los à entidade adjudicante, nos termos previstos no RGPD.
5. De acordo com a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir o encerramento do procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 08.08, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos corresponsivos.
6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:

- a) A exercer perante a entidade adjudicante: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
- b) A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação;
- c) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

Artigo 40.º Prova de declarações

- 1. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
- 2. A não apresentação pelo concorrente ou adjudicatário dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente artigo, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da exclusão do procedimento ou da anulação da adjudicação, consoante o caso, a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela entidade adjudicante.

Artigo 41.º Notificações e comunicações

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, os serviços do Centimfe e os concorrentes, na fase de formação do contrato, serão efetuados através da *Plataforma Eletrónica* com o endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Artigo 42.º Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Artigo 43.º Legislação aplicável

Em tudo o mais não expressamente previsto no presente Convite aplicar-se-á o previsto no CCP e demais legislação e regulamentação aplicável.

A Administração,

-
-
- Modelo de Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos (Anexo I); - [a que se refere a alínea a) nº.1 do artigo 57.º do Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto];
 - Modelo de Declaração referente aos documentos de habilitação (Anexo II) - [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP];
 - Modelo da Proposta (Anexo III)
 - Caderno de Encargos e respetivo Anexo A.

ANEXO I – Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto)

1. _____, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:
 - a) ...
 - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(1) - Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) - No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

(3) - Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), (data), [assinatura ⁽⁴⁾].

(4) - Nos termos do disposto no n.º 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidadeda adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), (data), [assinatura (5)].

(1) - Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) - No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) - Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) - No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

(5) - Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III – Modelo da Proposta

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)
(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de *Consulta Prévia* n.º 01/CP/2025 para aquisição de «comparadores digitais e respetivos acessórios para os meios de controlo», em regime de fornecimento contínuo, para um período de 12 meses, no âmbito da prestação de serviços na área de Engenharia do Processo do Centimfe, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o objeto do referido contrato, em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos e legislação aplicável, de acordo com o preço e termos a seguir discriminados:

[EXEMPLO. ADAPTAR CONSOANTE O OBJETO]

Descrição	Quantidade	Preço Unitário s/IVA	Preço total s/IVA

Prazo de Entrega (dias úteis):	
--------------------------------	--

A aquisição de comparadores digitais e respetivos acessórios para os meios de controlo, será efetuada pelo preço global de ... (valor €), ... (valor por extenso), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, desde que legalmente devido, no prazo de execução do contrato.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato a celebrar, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

_____(local),_____(data),_____[assinatura].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».